



## SOCIEDADE

# PL que sobe pena para aborto pode ser votado

Em reação ao STF, projeto equipara interrupção da gravidez a homicídio mesmo em casos de estupro

» ALINE BRITO

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Autor do projeto, subscrito por vários deputados da oposição, Sóstenes classificou de "falácia" o teor do voto da ministra aposentada Rosa Weber

A Câmara dos Deputados analisa, hoje, a urgência do Projeto de Lei (PL) 1.904/24, que equipara o aborto ao homicídio simples. A matéria foi proposta pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e tem a coautoria de 32 parlamentares da oposição. A matéria altera quatro artigos do Código Penal para limitar o acesso à interrupção da gravidez — mesmo em casos de estupro.

Caso a urgência seja aprovada, o projeto poderá ser votado também hoje, sem necessidade de passar pelas comissões. A expectativa, segundo parlamentares ouvidos pelo **Correio**, é de que os deputados aprovem o requerimento. "Creio na aprovação. Precisamos de um Congresso que defenda a vida, jamais o feticídio", afirmou o deputado Bibó Nunes (PL-RS), um dos signatários do texto.

O projeto altera os artigos 124, 125, 126 e 128 do Código Penal, que tratam sobre crimes contra a vida. Os dispositivos estabelecem penas para o aborto praticado pela gestante ou por terceiros. Prevê, ainda, pena de até três anos no primeiro caso e de 10 nos episódios em que a interrupção da gestação for realizada sem o consentimento da grávida. Se a matéria — chamada pelos opositores de PL da Gravidez Infantil —, for aprovada, em ambos os casos a pena máxima para quem realizar um aborto passará de 10 para 20 anos.

### Confronto

A investida da oposição é mais um confronto com o Supremo Tribunal Federal (STF), que julga a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que descriminalizar o aborto. A Corte analisa, justamente, os artigos 124 e 126 do Código Penal. Em voto que registrou antes de se aposentar, a ministra Rosa Weber considerou que a punição de até três anos para a gestante que provocar o aborto em si mesma está em desacordo com a Constituição.

### Campanha quer impedir matéria de ir à frente

Organizações da sociedade civil lançaram, ontem, a campanha "Criança não é mãe", para pressionar lideranças e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), contra o PL 1.904. "Caso seja aprovado, o aborto por estupro acima de 22 semanas passará a ser totalmente proibido. As principais afetadas por esta mudança seriam crianças vítimas de estupro, cujos casos de abuso e consequentes gestações demoram a ser identificadas, levando a uma busca tardia pelos serviços de aborto legal", adverte nota do Centro Feminista de Estudos e Assessoria. A entidade e organizações feministas organizaram um abaixo-assinado, pelo site Criança Não é Mãe, para tentar impedir a votação.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, pediu vistas e interrompeu o julgamento.

Ao assumir o comando da Corte, no início do ano, o ministro sinalizou que não pautaria a

ADPF 442, pois, segundo ele, o Brasil não está pronto para debater a descriminalização. Na justificativa do PL, o deputado Sóstenes Cavalcante classifica como "falaciosa" a decisão de Rosa

Weber. "Mas isso parece não importar aos seus promotores. Há uma agenda a cumprir e, para os argumentos, basta uma aparência de verdade", acusou.

A interrupção da gravidez voltou a ser debatida no STF quando o ministro Alexandre de Moraes, no mês passado, suspendeu a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proíbe a assistolia fetal para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro. No mesmo dia em que Moraes expediu a decisão, o PL da oposição foi protocolado na Câmara.

O requerimento de urgência estava na pauta do Plenário para a sessão de 5 de junho. Mas a

votação não aconteceu devido à briga entre bolsonaristas e o deputado André Janones (Avante-MG), por causa do arquivamento, no Conselho de Ética, de um processo por rachadinha que poderia custar-lhe o mandato. Também pesou a internação, às pressas, da deputada Luiza Erundina (PSol-SP).

"Para a extrema direita, crianças sendo mães ou na cadeia, após sofrerem um estupro, devem ser a normalidade no Brasil. Os defensores do projeto querem que estupro tenham direito de serem pais, enquanto colocam na cadeia crianças, mulheres e pessoas que sofreram a pior violência de suas vidas", criticou a deputada Erika Hilton (PSol-SP).

## SAÚDE PÚBLICA

# Pólio: país corre e tenta atingir meta de vacinação

» VITÓRIA TORRES\*

Faltando quatro dias para o fim da Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, o Brasil corre contra o tempo para alcançar a meta de vacinar pelo menos 95% do público-alvo (crianças abaixo dos cinco anos de idade), estipulada pelo Ministério da Saúde. Isso porque a adesão à imunização contra a erradicação da poliomielite está em ritmo lento.

Um dos fatores que tornam a campanha deste ano importante é a transição do esquema vacinal no país. A partir do segundo semestre de 2024, a vacina oral poliomielite (VOP) — agotinha — será substituída por um reforço exclusivo com a vacina inativada poliomielite (VIP). A imunização é a única forma de prevenção contra a doença e a VIP é considerada mais segura e eficaz.

No sábado passado, realizou-se o Dia D contra a Poliomielite para aumentar o número de crianças vacinadas. De acordo com o Ministério da Saúde, a meta era atingir

cerca de 13 milhões de crianças menores de cinco anos, mas os números de 2024 estão longe do esperado. Até agora, apenas 5,8% do público-alvo foi imunizado — o que equivale a 614.787 doses aplicadas de um total de 10.524.882 crianças até cinco anos de idade.

O estado de São Paulo lidera a vacinação, com 136.484 doses aplicadas. Roraima, por sua vez, registra o menor número — apenas 514 aplicações. Esses números colocam em risco o controle da doença no país.

O Brasil vem apresentando índices decrescentes de vacinação. Em 2023, 84,63% do público-alvo foi imunizado contra a pólio, uma melhora em relação aos 77% alcançados em 2022. A tendência de queda na cobertura é atribuída principalmente à disseminação de mentiras e desinformações em grupos de mensagens, além de esforços de setores da extrema direita no Congresso para impedir a obrigatoriedade das vacinas.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Resultado muito abaixo do esperado

População-alvo (crianças abaixo de cinco anos)	Doses aplicadas	Cobertura vacinal de crianças
<b>10.524.882</b>	<b>614.787</b>	<b>5,84% (meta era de 95%)</b>

### DOSES APLICADAS POR REGIÃO DO PAÍS



Fonte: Ministério da Saúde

(Unicef), em 2022, das 2.561.922 crianças nascidas vivas no Brasil, 243.008 não receberam a primeira dose contra a poliomielite. Em 2023, esse número caiu para 152.521 sem a dose inicial. O pediatra Henrique Gomes alerta que a desinformação disseminada

pelos grupos antivax favorece o avanço da doença.

"A baixa da vacinação se deve a vários fatores. Com a pandemia de covid-19, espalhou-se o movimento antivacina e o movimento ficou mais forte. Como a doença já foi erradicada aqui no

## TRAGÉDIA NO SUL

# Salgado Filho reabre e permite saída de aeronaves

» PEDRO JOSÉ\*

O Aeroporto Salgado Filho vai, lentamente, voltando à atividade. Em caráter emergencial, donos de aeronaves estão sendo autorizados a retirá-las — mediante a assinatura de um termo de responsabilização junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) —, a fim de que possam repará-las em outros locais. No sábado, oito decolagens foram autorizadas, mas 39 aviões continuam no aeroporto de Porto Alegre — alguns sem condições de voar.

Com o aeroporto fechado desde 3 de maio, quando foi inundado por causa das fortes chuvas que provocaram o transbordamento do Lago Guaíba, as decolagens autorizadas pela Anac ocorreram em caráter emergencial e com as aeronaves sem cargas ou passageiros. Esses voos só são realizados se os donos dos aparelhos quiserem retirá-los.

Isso, porém, não representa que o Salgado Filho voltará a operar em breve. Ainda não se tem uma extensão dos danos causados pela enchente, algo que só se conseguirá mensurar depois de testes do solo e da pista.

"Mesmo considerando todo esforço para reabertura do Aeroporto Salgado Filho no menor tempo possível, é imprevisível cumprir os prazos dos testes de sondagens, de cerca de 45 dias", frisa a Anac, salientando que a concessionária Fraport — que administra o terminal — manteve ações para evitar maiores impactos nas estruturas e para garantir a segurança do lugar.

A Fraport Brasil trabalha com um orçamento próximo de R\$ 1 bilhão para a reconstrução e estima que o aeroporto tenha condições de operar no fim do ano. Antes de ser fechado, o Salgado Filho recebia uma média de 130 voos semanais.

### Dano estrutural

Mas ainda não se tem a dimensão da tarefa de reabrir o aeroporto, conforme observa o professor Thiago Cicogna, de Engenharia Aeronáutica do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Ele alerta para "danos estruturais" e ressalta que a pista merece atenção especial. "Difícilmente teremos o histórico de uma pista que tenha ficado tanto tempo submersa. Para garantir a segurança operacional, há uma série de protocolos e ações que estão alinhados com normas que são estabelecidas internacionalmente. Não é qualquer material que pode ser utilizado e não é qualquer reparo que pode ser feito", observa Cicogna.

Ela ressalta que servidores de internet e redes de TI podem ter sido danificados, o que impede as operações em larga escala. Cicogna lembra que toda a infraestrutura — como abastecimento e manuseio de bagagem — só será retomada após a limpeza.

Em 9 de maio, para suprir a interdição do Salgado Filho, uma malha aérea emergencial foi aberta para atender à população gaúcha. Os voos estão operando de outras regiões do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana), da Base Aérea de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, além de três aeroportos em Santa Catarina (Florianópolis, Jaguaruna e Chapecó).

\*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi